

União Distrital das IPSS de Vila Real

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Gastos	2017 (A)	2016 (B)	A - B	2017 (D)	A - D
61- Géneros Alimentares					
Total 61					
62 - Fornecimentos e Serviços					
Trab. Especializados	196,80 €	196,80 €		196,80 €	
Honorários	6 300,00 €	6 300,00 €		6 300,00 €	
Publicidade e Propaganda					
Vigilância e Segurança					
Conservação e Reparação					
Serviços Bancários	14,50 €	12,50 €	2,00 €	15,00 €	-0,50 €
Ferramentas e Utensílios					
Material de Escritório	239,18 €	349,32 €	-110,14 €	203,20 €	35,98 €
Artigos para Oferta					
Material Didático					
Vestuário e Calçado de Utentes					
Transporte de Mercadorias					
Electricidade					
Combustíveis e Outros Fluidos					
Água					
Deslocações e Estadas	57,96 €	827,60 €	-769,64 €	134,40 €	-76,44 €
Rendas e Aluguers	13 566,90 €	10 836,40 €	2 730,50 €	12 336,90 €	1 230,00 €
Comunicação	363,66 €	407,79 €	-44,13 €	410,30 €	-46,64 €
Seguros					
Contencioso e Notariado					
Despesas de Representação	2 856,28 €	189,79 €	2 666,49 €	2 053,68 €	802,60 €
Higiene, Limpeza e Conforto					
Outros Fornecimentos e Serviços					
Total 62	23 595,28 €	19 120,20 €	4 475,08 €	21 650,28 €	1 945,00 €
63 - Gastos com Pessoal					
Remunerações do Pessoal					
Segurança Social					
Seguros					
Outros Gastos					
Total 63					
64 - Depreciações e Amortizações					
68 - Outros Gastos e Perdas					
Impostos					
Descontos PP Concedidos					
Correções de Períodos Anteriores					
Donativos					
Quotizações	1 500,00 €	3 000,00 €	-1 500,00 €	1 500,00 €	
Multas					
Outros Gastos e Perdas					
Total 68	1 500,00 €	3 000,00 €	-1 500,00 €	1 500,00 €	
69 - Gastos e Perdas de Financiamento					
Total Gastos	25 095,28 €	22 120,20 €	2 975,08 €	23 150,28 €	1 945,00 €

A Entidade

Assinaturas da Entidade:
Assinatura 1
Assinatura 2
Assinatura 3
Assinatura 4

O Contabilista Certificado

Assinatura do Contabilista

Amável Morais
 CC n.º 60953

União Distrital das IPSS de Vila Real

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Rendimentos	2017 (A)	2016 (B)	A - B	2017 (D)	A-D
71 - Vendas					
72 - Prestação de Serviços					
<i>Quotas dos Utilizadores</i>					
<i>Infância e Juventude</i>					
Creche					
Pré-escolar					
ATL					
Lar de Crianças e Jovens					
<i>Terceira Idade</i>					
ERPI					
Centro de Dia					
Apoio Domiciliário					
Unidade Cuidados Continuados					
<i>Quotizações e Jóias</i>	11 252,00 €	9 400,00 €	1 852,00 €	9 147,00 €	2 105,00 €
<i>Outras Prestações de Serviços</i>					
Total 72	11 252,00 €	9 400,00 €	1 852,00 €	9 147,00 €	2 105,00 €
75 - Sub., Doações e Leg. à Exploração					
<i>Infância e Juventude</i>					
Creche					
Pré-escolar					
ATL					
Lar de Crianças e Jovens					
<i>Terceira Idade</i>					
ERPI					
Centro de Dia					
Apoio Domiciliário					
Unidade Cuidados Continuados					
Municípios	14 480,00 €	16 630,00 €	-2 150,00 €	14 440,00 €	40,00 €
Doações e Heranças					
Total 75	14 480,00 €	16 630,00 €	-2 150,00 €	14 440,00 €	40,00 €
78 - Outros Rendimentos e Ganhos					
Rendas e Alugueres					
Descontos de PP Obtidos					
Subsídios ao Investimento					
Donativos					
Correcções de Per. Ant. (Municípios)	880,00 €		880,00 €		880,00 €
Protocolo Coop CNIS	3 550,00 €		3 550,00 €	3 550,00 €	
Total 78	4 430,00 €		4 430,00 €	3 550,00 €	880,00 €
79 - Juros, Divid. e o. Rend. Similares					
Total Rendimentos	30 162,00 €	26 030,00 €	4 132,00 €	27 137,00 €	3 025,00 €

Resultado (Rendimentos-Gastos)	5 066,72 €	3 909,80 €	1 156,92 €	3 986,72 €	1 080,00 €
--	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Variação de Utentes			Variação do Pessoal	
Valências	2017	2016	Anos	Funcionários
<i>Infância e Juventude</i>			2017	
Creche			2016	
Pré-escolar				
ATL				
Lar de Crianças e Jovens				
<i>Terceira Idade</i>				
ERPI				
Centro de Dia				
Apoio Domiciliário				
			Investimentos	
			2017	2016
			Edifícios	
			Equipamento Básico	
			Equipamento Transporte	
			Equipamento Administrativo	
			Total	

Balanço Individual em 31-12-2017

RUBRICAS		NOTAS	Data	
			31-12-2017	31-12-2016
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativo Corrente				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m	7.1	2.671,75	2.371,75	
Outros ativos correntes	7.1; 9.1; 9.2	19.020,00	10.250,00	
Caixa e depósitos bancários	4	10.804,91	6.690,80	
		32.496,66	19.312,55	
Total do ativo		32.496,66	19.312,55	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	7.2	20,00	20,00	
Resultados transitados	7.2	14.487,65	10.577,85	
		14.507,65	10.597,85	
Resultado líquido do período	7.2	5.066,72	3.909,80	
Total do Fundo Patrimonial		19.574,37	14.507,65	
Passivo				
Passivo não corrente				
Passivo corrente				
Outros passivos correntes	7.1; 9.1; 9.2	12.922,29	4.804,90	
		12.922,29	4.804,90	
Total do passivo		12.922,29	4.804,90	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		32.496,66	19.312,55	

A Entidade

Handwritten signatures of the entity's representatives.

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of Amável Moraes.

Amável Moraes
CC n.º 60953

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	5	11.252,00	9.400,00
Subsídios, doações e legados à exploração	6	14.480,00	16.630,00
Fornecimentos e serviços externos	9.3	-23.595,28	-19.120,20
Outros rendimentos	9.5	4.430,00	
Outros gastos	9.4	-1.500,00	-3.000,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.066,72	3.909,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.066,72	3.909,80
Resultado antes de impostos		5.066,72	3.909,80
Resultado líquido do período		5.066,72	3.909,80

A Entidade

Henrique B. Paquetão de Sousa
António José Patrício
por delegação
Arménio de Sousa
João F. F.

O Contabilista Certificado

Amável Moraes
Amável Moraes
 CC n.º 60953

União Distrital das IPSS de Vila Real

Contribuinte: 506239918

Exercício: 2017

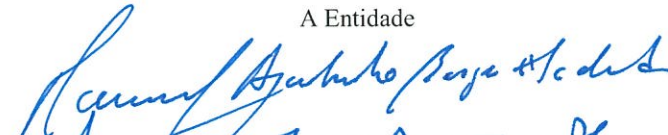
Moeda: EUR

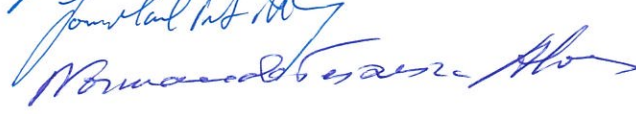
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período Findo em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		10.952,00	9.669,00
Pagamentos a fornecedores		-17.427,89	-20.359,38
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-6.475,89	-10.690,38
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			-764,90
Outros Recebimentos/Pagamentos		-6.475,89	-11.455,28
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>			
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>			
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		10.590,00	14.080,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		10.590,00	14.080,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		4.114,11	2.624,72
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	6.690,80	4.066,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	10.804,91	6.690,80

A Entidade

O Contabilista Certificado







Amável Moraes
C C n.º 60953

ANEXO
(Período 2017)

1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

União Distrital das IPSS de Vila Real

NIPC: 506 239 918

1.2 — Sede

Lg Caetano Ferreira - Apartado 70

Santa Maria Maior

5400-136 Chaves

1.3 — Natureza da Atividade

Instituição Particular de Solidariedade Social

1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 2º da Portaria nº 986/2009 de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso nº 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele

Handwritten signature and mark.

Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 - Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a

estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 - Consistência de apresentação

As Demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.4 - Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;

- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.1.7 - Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.8 - Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

3.1.9 - Rédito

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente das vendas de produtos compreende os montantes faturados líquidos de descontos e abatimentos.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.11 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 — Alterações nas políticas Contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - Fluxos de caixa

Ver alínea iii) do ponto 3.1.8 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2017	2016
Caixa	417,21	485,86
Depósitos à Ordem	10.387,70	6.204,94
Depósitos a Prazo		
Outros equivalentes de caixa		
Totais	10.804,91	6.690,80

5 – Rédito

Ver ponto 3.1.9 da nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2017	2016
Venda de bens		
Prestação de serviços	11.252,00	9.400,00
Juros		
Totais	11.252,00	9.400,00

6 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.10 na nota 3 deste anexo

6.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

Entidades	2017	2016
Municípios	14.480,00	16.630,00
Total	14.480,00	16.630,00

7 - Instrumentos financeiros

7.1 – Clientes/utentes, fornecedores e Fundadores/patrocinadores| doadores| associados| membros

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2017			2016		
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores	2.671,75		2.671,75	2.371,75		2.371,75
Outros ativos correntes	19.020,00		19.020,00	10.250,00		10.250,00
Totais	21.691,75		21.691,75	12.621,75		12.621,75
Passivos	2017			2016		
Outros Passivos Correntes	12.922,29		12.922,29	4.804,90		4.804,90
Totais	12.922,29		12.922,29	4.804,90		4.804,90

7.2 – Fundos Patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2015	Aumentos	Reduções	2016	Aumentos	Reduções	2017
Fundos Líquidos	20,00			20,00			20,00
Resultados transitados	13.218,73	909,12	-3.550,00	10.577,85	3.909,80		14.487,65
Resultado Líquido	909,12	3.909,80	-909,12	3.909,80	5.066,72	-3.909,80	5.066,72
Totais	14.147,85	4.818,92	-4.459,12	14.507,65	8.976,52	-3.909,80	19.574,37

8 - Divulgações exigidas por diplomas legais

8.1 - Decreto-lei 411/91 – Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2017.

8.2 - Decreto-lei 534/80 – Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2017.

9 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 – Outras contas a receber/pagar.

Outras contas a receber / pagar	2017	2016
Ativo - Outros créditos a receber		
Anabela da Silva Santos	2.250,00	2.250,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	15.550,00	8.000,00
Autarquias	770,00	
Outros	450,00	
Totais	19.020,00	10.250,00
Passivo - Outros passivos correntes		
Membros da Direção	1.588,00	1.588,00
Credores por acréscimos de gastos	11.334,29	3.216,90
Totais	12.922,29	4.804,90

9.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2017	2016
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Subsídios Autarquias	12.000,00	8.000,00
Protocolo CNIS	3.550,00	
Totais	15.550,00	8.000,00
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar	196,80	196,80
Honorários	450,00	
Elettricidade, água, comunicação a liquidar	37,49	20,10
Rendas e alugueres	6.150,00	
Quotizações CNIS	4.500,00	3.000,00
Totais	11.334,29	3.216,90

9.3 – Fornecimentos e Serviços Externos.

FSE	2017	2016
Trabalhos especializados	196,80	196,80
Honorários	6.300,00	6.300,00
Serviços bancários	14,50	12,50
Material de escritório	239,18	349,32
Deslocações e estadas	57,96	827,60
Rendas e alugueres	13.566,90	10.836,40
Comunicação	363,66	407,79
Despesas de representação	2.856,28	189,79
Totais	23.595,28	19.120,20

9.4 – Outros Gastos.

Outros Gastos	2017	2016
Quotizações CNIS	1.500,00	3.000,00
Totais	1.500,00	3.000,00

9.5 – Outros Rendimentos.

Outros Rendimentos	2017	2016
Correções de períodos anteriores	880,00	
Protocolo CNIS	3.550,00	
Totais	4.430,00	

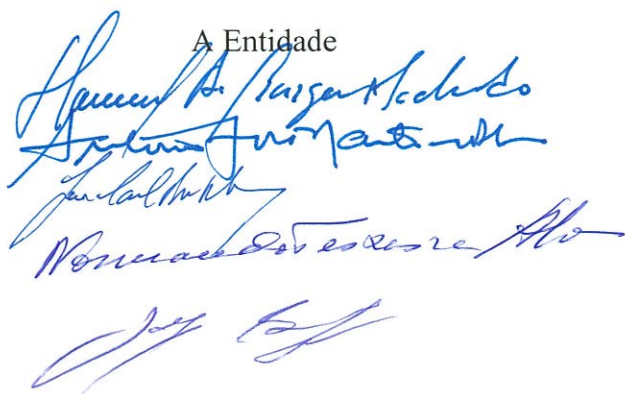
9.6 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Chaves, 20 de março de 2018

A Entidade



O Contabilista Certificado



Amável Morais
CC n.º 60953

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

União Distrital das IPSS de Vila Real

Relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

1- APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2017 foi preocupação fundamental da Direção desenvolver todos os esforços no sentido de equilibrar a situação financeira da entidade, melhorando o seu desempenho e procurando uma utilização eficiente dos colaboradores da instituição, aliado a uma política de racionalização dos gastos.

Como reflexo de uma gestão equilibrada, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 5.066,72€.

2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise da produção e do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do Volume de Negócios

	2017	2016	Incremento nas Vendas	
			Valor	%
Vendas Líquidas				
Prestação de Serviços	11.252,00	9.400,00	1.852,00	19,70%
Volume de Negócios	11.252,00	9.400,00	1.852,00	19,70%

3- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras)

Quadro da Evolução dos Gastos

	2017	2016	Incremento	
			Valor	%
FSE	23.595,28	19.120,20	4.475,08	23,40%
Trabalhos Especializados	196,80	196,80		
Honorários	6.300,00	6.300,00		
Deslocações e Estadas	57,96	827,60	-769,64	-93,00%
Comunicação	363,66	407,79	-44,13	-10,82%
Despesas de Representação	2.856,28	189,79	2.666,49	1404,97%
Outros	13.820,58	11.198,22	2.622,36	23,42%
TOTAL FSE	23.595,28	19.120,20	4.475,08	23,40%
Outros Gastos e Perdas	1.500,00	3.000,00	-1.500,00	-50,00%
Total dos Gastos e Perdas	25.095,28	22.120,20	2.975,08	13,45%

4- EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de gasto, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as Prestações de Serviços e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2017 a 25.732,00€ (26.030,00€ em 2016).

Quadro da Evolução dos Rendimentos

	2017	2016	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	11.252,00	9.400,00	1.852,00	19,70%
Subsídios à exploração	14.480,00	16.630,00	-2.150,00	-12,93%
Outros rendimentos	4.430,00		4.430,00	
Total dos Rendimentos	30.162,00	26.030,00	4.132,00	15,87%

5- TERCEIROS

O valor de 21.691,75€ (12.621,75€ em 2016) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dívidas de fundadores e de outros devedores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 12.922,29€ (4.804,90€ em 2016) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dívidas a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

6- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de Dezembro de 2017 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.

7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2017 será proposto a transferência do resultado líquido positivo de 5.066,72€ para Resultados Transitados.

8- ENCERRAMENTO

Aos nossos clientes, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Data: Chaves, 20 de março de 2018

A Entidade

Luís António P. Machado
António José Pinto
João Alberto
[assinatura]

União Distrital das IPSS de Vila Real

Sede: Lg Caetano Ferreira - Apartado 70 - Chaves

5400-136 Chaves

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2017 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

Henrique Gomes para o c. d. S.

António Gonçalves

Norma Teixeira Alves

[Assinatura]